

O cotidiano de crianças italianas do lado de lá e de cá do oceano Atlântico: algumas considerações sobre a infância entre fins do século XIX e início do século XX

The children's daily life in the both sides of the Atlantic ocean: considerations about childhood between the end of the 19th century and the early 20th century

Le quotidien des enfants des deux côtés de l'océan Atlantique: considérations sur l'enfance entre la fin du XIXème siècle et le début du XXème siècle

DOI: 10.18226/21784612.v25.e020045

Cláudia Panizzolo*

Resumo: Condições objetivas favoreceram a emigração, determinadas e, muitas vezes, acompanhadas de um conjunto bastante complexo de transformações que ocorriam na Europa. As crianças compuseram um grupo social que, sozinhas, acompanhadas por adultos ou juntamente com seus pais, saíram da Península Itálica, na maioria das vezes, em meio à fome e à miséria. O presente texto tem por objetivo investigar o cotidiano marcado pelo trabalho vivido por crianças italianas, sobretudo, das camadas menos favorecidas, desde antes do embarque até a chegada em São Paulo, entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX. Ancorado nos referenciais da História Cultural e na História da Infância e tendo a análise documental como procedimento adotado, o presente texto tem como fontes: jornais, relatórios consulares, anuários da instrução pública e publicações. Tomando a História da Infância como sendo a história da sociedade, da cultura, dos adultos com relação à criança, buscou-se investigar a infância a partir dos contextos histórico e social, ainda que existam permanências ao

* Doutora em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora-Associada II na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). *E-mail:* claudia-panizzolo@uol.com.br Orcid Id: <http://orcid.org/0000-0003-3693-0165>

longo do tempo e em diferentes lugares quanto à garantia de direitos e proteção. As fontes estudadas apontam que, com o passar dos anos, ao menos uma parte das crianças italianas ou ítalo-descendentes começou a frequentar a escola, o que pode indicar um ingresso mais tardio ou menos precoce no mundo do trabalho, ou ainda, que para muitas crianças o tempo tenha passado a ser ocupado, simultaneamente, pelas atividades da escola e do trabalho. A história das crianças imigrantes italianas se assemelha à história das crianças nascidas no Brasil, uma história marcada pela privação, pelo abandono, pela fome e exploração da mão de obra infantil.

Palavras-chave: Crianças. Infância. Imigração infantil. Trabalho infantil.

Abstract: Objective conditions favored migration, determined and often accompanied by a very complex set of transformations taking place in Europe. The children made up a social group that, alone, accompanied by adults or together with their parents, left the Italic peninsula, most of the time, in an atmosphere of hunger and misery. The purpose of this text is to investigate the daily life of Italian children marked by the work, principally, from the least favored strata, from before departure to arrival in São Paulo, between the final decades of the 19th century and the beginning of the 20th century. Taking Childhood History as the history of society, of culture, of adults in relation to the child, we sought to investigate childhood from the historical and social context, even though there are permanences over time and in different places regarding the guarantee of rights and protection. The sources studied point out that over the years, at least part of the Italian children or Italian descendants children started to attend school, which may indicate a later or less early entry into the world of work, or that, for many children time has been taken up simultaneously by school and work activities. The history of Italian immigrant children is similar to the history of children born in Brazil, a history marked by deprivation, abandonment, hunger and exploitation of child labor.

Keywords: Children. Childhood. Child immigration. Child labor.

Resumé: Les conditions objectives ont favorisé l'émigration, déterminée et souvent accompagnée d'un ensemble très complexe de transformations en cours en Europe. Les enfants formaient un groupe social qui, seuls, accompagnés d'adultes ou avec leurs parents, quittaient

la péninsule italique, le plus souvent, dans un ambience de faim et de misère. Le but de ce texte est d'enquêter sur la vie quotidienne des enfants italiens marquée par le travail, surtout des couches les moins favorisées, d'avant le départ à l'arrivée à São Paulo, entre les dernières décennies du XIXe siècle et le début du XXème siècle. Ancré dans les références de l'histoire culturelle et de l'histoire de l'enfance et ayant comme procédure adoptée l'analyse documentaire, ce texte a comme sources journaux, rapports consulaires, annuaires de l'éducation publique et publications. Prenant l' Histoire de l' Enfance comme histoire de la société, de la culture, des adultes en relation avec l'enfant, nous avons cherché à enquêter sur l'enfance à partir du contexte historique et social, même s'il existe des permanences dans le temps et dans différents lieux concernant la garantie des droits et protection. Les sources étudiées soulignent qu'au fil des ans, au moins une partie des enfants italiens ou des descendants italiens ont commencé à fréquenter l'école, ce qui peut indiquer une entrée tardive ou moins précoce dans le monde du travail, ou que, pour de nombreux enfants, le temps a été repris simultanément par les activités scolaires et professionnelles. L'histoire des enfants immigrants italiens est similaire à celle des enfants nés au Brésil, une histoire marquée par la privation, l'abandon, la faim et l'exploitation du travail des enfants.

Mots-clé: Enfants. Enfance. Immigration d' enfants. Le travail des enfants.

Considerações iniciais sobre a infância emigrante

A partir do último quartel do século XIX, o imigrante italiano passou a desempenhar um papel cada vez mais relevante na história de São Paulo. Condições objetivas favoreceram a emigração da Península Itálica, determinadas e, muitas vezes, acompanhadas de um conjunto bastante complexo de transformações que ocorriam na Europa:

As transformações de caráter sociodemográfico que desemboçaram no que se convencionou chamar de “transição demográfica”, as provocadas pela expansão do capitalismo na Europa e em outras regiões do mundo e as mudanças políticas que se operaram em

muitos países dos continentes europeu e asiático. Todos esses processos, interagindo entre si, em muitos momentos, geraram excedentes populacionais em várias regiões, que foram conduzidos às emigrações oceânicas, entre elas as dirigidas ao Brasil, facilitadas, então, pelo desenvolvimento das comunicações e barateamento do transporte (BASSANEZI *et al.*, 2008, p. 18).

Vários foram os motivos do que ficou conhecido como a “Grande Emigração Italiana” ocorrida entre as datas-marco da Unificação Italiana (1861) e do final da Primeira Guerra Mundial (1918), ganhando contornos a partir do fim dos anos 70, tornando-se um fenômeno de massa entre 1887 e 1902.² Trento (1988, 2000) e Cenni (2003) apontam a miséria como a principal delas.

Os impostos sobre as propriedades e sobre o patrimônio, somados às altas taxas sobre a moagem de grãos agravaram a miséria em que já viviam os camponeses. As condições de vida dos operários eram marcadas por padrões bastante precários de sobrevivência.

Nessas condições, segundo Alvim (2000), a emigração italiana se constituiu em um fenômeno importante de equilíbrio socioeconômico, por aliviar a pressão e as reivindicações sobre as cidades e a indústria nascente, mas também, porque os expatriados enviavam dinheiro aos parentes o que, em certa medida, contribuía minimamente para afastar ou postergar uma rebelião social.

A emigração na Itália se intensificou a partir de 1866, sobretudo nas duas décadas subsequentes, para países do continente europeu, e, a partir de 1887, para países da América do Sul. Depois de 1900, se tornou bastante relevante a emigração das províncias meridionais da península italiana rumo aos Estados Unidos. Entre 1869 e 1900, seis milhões de pessoas deixaram a península. Entre 1901 e 1914, mais oito milhões emigraram, sendo metade desses através do oceano (BELLO; NUTI, 2001; CARPI, 1874).

² O fluxo imigratório dos italianos para o Brasil começou a declinar a partir de 1902, mas foi a Primeira Guerra Mundial o marco do fim de uma imigração mais ou menos livre para vários países, dentre eles, o Brasil. Os índices de novas imigrações caíram, ao mesmo tempo que o número de imigrados diminuiu, à medida que os filhos dos imigrantes nascidos aqui eram considerados brasileiros.

De acordo com o *Anuário estatístico da emigração italiana*³ (1926), no ano de 1900, a emigração de homens oscilou entre 65% e 72% do contingente total, sendo que desses entre 19% e 24% eram menores de 14 anos. No ano de 1913, a maior parte dos emigrantes era constituída por homens, algo em torno de 80% do total, e a emigração feminina atingiu os demais 20%. Ao se considerar a idade, não ultrapassavam os 12% os que tinham menos de 15 anos.

Muitos desses emigrantes eram crianças. Algumas vieram acompanhadas de suas famílias, e outras como relatam Bello e Nuti haviam sido cedidas por seus pais a adultos que da península emigraram:

[...] a criança está presente na emigração seja em companhia da sua família constituída em geral de pais que trazem os filhos mesmo de pouca idade, às vezes recém-nascidos ou prestes a nascer, seja acompanhados de adultos a quem os pais os deram, por uma taxa, ou em confiança (2001, p. 8-9).⁴

No livro de Ostuni e Stella (2005), são muitas as imagens de famílias inteiras se deslocando nos trens que ligavam pequenas cidades aos locais de embarque, sentadas no chão, já que, na maioria das vezes, não dispunham de dinheiro para se hospedar em hotéis enquanto aguardavam o momento de embarque nos navios. A esse respeito, os autores apresentam o relato do Padre Pietro Maldotti:

Não era incomum ver centenas de famílias deitadas promiscuamente no chão úmido, ou em sacos ou nos bancos, em salas compridas, no porão, ou sótãos miseráveis, sem ar e sem luz, não apenas à noite, mas também durante o dia. Os alimentos vendidos a preços fabulosos não alimentavam os infelizes (2005, p. 32).

As crianças compuseram um grupo social que, sozinhas, acompanhadas por adultos ou juntamente com seus pais, saíram da Península

³ *Annuario statistico dell'emigrazione italiana* (1926).

⁴ [...] “il bambino è presente nell'emigrazione sia in compagnia della propria famiglia costituita in generale da genitori che portano con se i figli anche di pochi anni, a volte appena nati o sul punto di nascere, sia al seguito di adulti a cui i genitori lo hanno ceduto, dietro compenso, o affidato” (p. 8-9).

Itálica, na maioria das vezes, em meio à fome e à miséria; enfrentaram, além das agruras e penúrias da travessia do oceano Atlântico, as condições climáticas, a falta de condições higiênicas, as moléstias, a alimentação desbalanceada e pouco nutritiva e naufrágios para, enfim, aportar no Brasil (OSTUNI, STELLA, 2005).

O presente texto tem por objetivo investigar o cotidiano marcado pelo trabalho vivido pelas crianças italianas, sobretudo, das camadas menos favorecidas, desde antes do embarque até a chegada em São Paulo, entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX.

Ancorado nos referenciais da História Cultural e na História da Infância e tendo a análise documental como procedimento adotado, o presente texto tem como fontes:⁵ jornais, relatórios consulares, anuários da instrução pública e publicações. Toma-se de empréstimo a conceituação de *infância*, de Kuhlmann Júnior e Fernandes (2004), sobre a qual afirmam ser uma “concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida” (p. 15) e que, portanto, deve ser investigada considerando os limites que ampliam e restringem a abrangência desse conceito “sob os aspectos de sua duração, da sua dominação, de sua universalidade e das suas particularidades geográficas, sociais, culturais e históricas” (p. 15).

Tomando a História da Infância como sendo a história da sociedade, da cultura, dos adultos com relação à criança, ainda de acordo com Kuhlmann Júnior e Fernandes (2004) a infância precisa ser investigada a partir dos contextos histórico e social, tendo como premissa que ela “não é a mesma coisa, aqui e lá, ontem e hoje, sendo tantas infâncias quantas forem as ideias, as práticas e os discursos que, em torno dela e sobre ela se organizem” (LAJOLO, 2001, p. 231), ainda que sejam muitas as permanências ao longo de diferentes tempos históricos e distintos espaços geográficos.

Para realizar esta investigação, o recorte temporal incide sobre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, período de expressiva emigração da península e da chegada de imigrantes italianos em São Paulo. Dessa forma pergunta-se: *Como teria sido a vida das crianças italianas antes mesmo de suas famílias decidirem pela emigração? Teriam*

⁵ Os textos em italiano foram por mim traduzidos, e os originais inseridos em notas de rodapé.

sido inseridas como mão de obra? E no Brasil as condições de vida mudaram? Melhoraram? Haveria tempo e recursos econômicos para que frequentassem escolas italianas em São Paulo?

O texto está organizado em duas seções: na primeira, são apresentados os elementos da vida cotidiana das crianças antes de emigrarem; na segunda seção, a inserção das crianças como mão de obra e suas principais ocupações em São Paulo; e, por fim, algumas considerações sobre o acesso à educação formal nas escolas italianas.

Mesmo antes de emigrar: uma vida árdua, de labuta e penúria

Data de 11 de fevereiro de 1886, a primeira lei sobre o trabalho infantil na península, ou seja, a Lei n. 3.657,⁶ que proibia meninos e meninas, menores de 9 anos, de trabalharem em fábricas e pedreiras, e menores de 10 anos, em minas. Estabelecia, em seu art. 1º, a obrigatoriedade de apresentação de um certificado médico que atestasse “que sejam [eram] saudáveis e adequados para o trabalho para o qual se destinam [se destinavam]”⁷ (BÉLLO; NUTI, 2001, p. 55); limitava, no art. 3º, em oito horas de trabalho diário, o emprego de crianças entre 9 e 12 anos; e, no art. 2º, proibia aos menores de 15 anos trabalhar em local perigoso ou insalubre.

Interessante é notar que, em outro ordenamento legal, desta feita, na lei sobre a emigração, publicada no ano de 1888, apenas um único artigo referia-se às crianças, indicando ser passível de perder a licença para conduzir a embarcação, aquele que permitisse o embarque de criança destinada à mendicância e à prostituição. O sucessivo regulamento para a execução da lei de 30 de dezembro de 1888,⁸ asseverava que

⁶ A respeito desta lei e das discussões que a precederam, consultar (BERTONI, D. J. *L'alienazione dell'infanzia: il lavoro minore nella società moderna*. Firenze: Manzuoli, 1980.

⁷ “[...] che siano sani ed adatti al lavoro cui vengono destinati”.

⁸ Regulamento per la esecuzione della legge del 30 Dicembre 1888, n. 5.866 (serie III), sull'emigrazione, 10 Gennaio 1889, pubblicata nella Gazzetta Ufficiale del Regno il 10 Gennaio 1889, n. 8.

a autoridade de segurança pública do porto de partida e dos postos fronteiriços é obrigada a assegurar que não emigrem os menores destinados ao comércio errante, em contravenção à lei de 21 de dezembro de 1873, ou à prostituição, e ordenar o repatriamento do mesmo onde a suspeita é bem fundamentada e seus acompanhantes não apresentam documentos ou outras evidências suficientes para excluí-la (1888, p. 54).⁹

Ao que parece, o problema não era o trabalho infantil em si, mas determinadas ocupações a serem desempenhadas no país para o qual imigravam. Poucos anos depois, uma nova lei de emigração, a Lei de 1901, se propôs tutelar os emigrantes e, em particular, “defender aqueles jovens aliciados com artes ilícitas a se profanar no Exterior em profissões errantes, para desvanecer em indústrias insalubres com empregos precoces [...]” (BELLO; NUTI, 2001, p. 57).¹⁰

De acordo com o art. 2º, seria estabelecida uma pena para “qualquer pessoa que recrute, que conduza ou mande para o estrangeiro, para fins de trabalho, menores de 15 anos, sem terem sido submetidos a exame médico e munidos do livro fornecido pelo prefeito”¹¹ (BOLLETTINO DEL MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 1901). Novamente a questão central não parece ser o trabalho infantil, mas a falta de exame médico e do livro de trabalho, algo como uma carteira de trabalho assinada pelo prefeito.

Esses ordenamentos apontam para uma realidade em que o trabalho das crianças era bastante comum, usual, talvez considerado, inclusive, esperado. Bianchi (2009), em estudo sobre o trabalho de meninas e adolescentes no período de crise econômico-social deflagrada após a Unificação Italiana, relata

⁹ L'autorità di pubblica sicurezza del porto di partenza e quella delle stazioni di confine sono tenute a vigilare che non emigrano minori destinati al commercio girovago, in contravvenzione alla legge del 21 Dicembre 1873, o dalla prostituzione, ed a disporre il rimpatrio dei medesimi dove il sospetto riesca fondato e chi li accompagna non presenti carte o d'altre prove sufficienti ad escluderlo (p. 54).

¹⁰ “[...] difendere quei giovinetti arruolati con arti illecite a profanarsi all'estero in professioni girovaghe, e sfiorirsi in industrie malsane con precoce lavori [...]” (BELLO; NUTI, 2001, p. 57).

¹¹ Coloro che arruolino, conducano o mandino all'estero minori degli anni quindici, a scopo di lavoro, senza che siano stati sottoposti alla visita medica e forniti del libretto del sindaco [...].

que uma das principais ocupações era a de *cantore* e *tocador* de instrumentos, tais como pequenos órgãos à manivela, ocupação que iniciou na península e foi levada para o Exterior, juntamente com o processo emigratório.

A questão dos “pequenos cantores” mereceu atenção de parlamentares, como, por exemplo, dos deputados Giuseppe Guerzoni e Antonio Oliva, que, após a publicação de um relatório da Sociedade Italiana de Beneficência de Paris, manifestaram incômodo e vergonha com o comprometimento da dignidade nacional maculada pelo trabalho dos pequenos ambulantes, atribuindo a responsabilidade à população meridional, por “sua ignorância e brutalidade” (*apud* BIANCHI, 2009, p. 356).

Aos problemas econômicos se somavam os maus-tratos e a violência sexual. O relato de Ricorda Ortensia, nascida em 1903, é um exemplo da vida das famílias e de seus filhos em meio à miséria e aos abusos:

Minha família é numerosa, dez filhos um após o outro, uma grande miséria. Aos nove anos me venderam a um mascate, me venderam por cinco liras, mas ele me usou como escrava. No primeiro dia ele me disse: T’se ti fè i basin? [Você sabe beijar?]. No dia seguinte, ele fez amor comigo e quis que eu o fizesse com outras pessoas. Fugí, fui empregada em fazendas, vivi assim até os vinte anos (*apud* BIANCHI, 2009, p. 356).¹²

Outro trabalho realizado pelas crianças era vender estatuetas de gesso confeccionadas, por exemplo, na Província de Lucca, na região da Toscana. Ainda que exigisse das crianças muitas horas de trabalho, além do peso excessivo das peças e ficar até à noite na rua, era considerado por muitos, à época, um trabalho honroso e honesto (BIANCHI, 2009; BELLO; NUTI, 2001).

No Piemonte e no Valle d’Aosta, duas regiões do Norte da Itália, muitas crianças foram recrutadas para trabalhar como limpadores de lareiras e

¹² La mia famiglia era numerosa, dieci figli uno dopo l’altro, una grande miseria. A nove anni mi hanno venduta ad un ambulante, mi hanno venduta per cinque lire, ma lui mi adoperava come schiava. Il primo giorno mi disse: T’se ti fè i basin? [sai fare i baci?]. L’indomani fa l’amore con me e vuole che lo faccia con degli altri. Sono scappata, sono andata da serventa nelle cascine, ho vissuto così fino a quase vent’anni (*apud* BIANCHI, 2009, p. 356).

de chaminés em outros países da Europa. O mesmo deputado Guerzoni, severo crítico do trabalho das crianças-cantoras, afirmou ser o trabalho dos pequenos meninos e meninas limpadores, uma profissão honesta e honrosa (BIANCHI, 2009; BELLO; NUTI, 2001).

Em sua importante obra intitulada *Fam, füm, frecc: o grande romance dos limpadores de chaminé*,¹³ Mazzi apresenta um comovente relato de um menino, que, em meio à fome, ao cansaço, ao medo e ao frio, ainda era submetido, como tantas e tantas outras crianças, aos maus-tratos de seus patrões:

Eu tinha apenas oito anos, mas nunca poderei esquecer a primeira experiência dramática. Estávamos em Cossato, onde era necessário limpar a chaminé de uma padaria. O padeiro tinha acabado de assar o pão e disse que poderíamos começar depois de três horas, quando o forno esfriasse. Então ele foi dormir. O patrão não perdeu tempo: ele me jogou na lareira dentro de um quarto de hora, apesar de meus protestos tímidos. Foi terrível. A fuligem ainda estava brilhando e eu temia que pegasse fogo quando caísse lá embaixo. Consegui resistir e terminei o serviço em meia hora, mas no final meu corpo estava todo dolorido pelas queimaduras (2000, p. 31).¹⁴

No início do século XX, o trabalho das crianças, como limpadores de chaminés e lareiras, passou a receber críticas por ser muito perigoso e pesado, mas sobretudo, por ser considerado uma atividade similar à vagabundagem e mendicância. Lino Ferriani, um magistrado da cidade de Como, no artigo intitulado “Os dramas das crianças”¹⁵ denuncia que as que trabalhavam como limpadoras de chaminés, muitas vezes, se

¹³ No original: *Fam, füm, frecc: il grande romanzo degli spazzacamin.*

¹⁴ Avevo appena otto anni, ma non potrò mai dimenticare la prima drammatica esperienza. Ci trovavamo a Cossato, dove si doveva pulire il camino di un panificio. Il fornaio aveva appena terminato di cuocere il pane e disse che potevano cominciare dopo tre ore, quando il forno si fosse raffreddato. Poi andò a dormire. Il padrone non perse tempo: mi cacciò nel camino nel giro di un quarto d'ora nonostante le mie timide proteste. Fu terribile. La fuligine era ancora incandescente e temevo che si incendiasse una volta caduta sotto. Riuscii a resistere e terminai il lavoro nel giro di mezz'ora, ma alla fine, il mio corpo era tutto piagato dalle ustioni (p. 31).

¹⁵ No original: “I drammi dei fanciulli.”

transformavam em mendigos. Segundo o autor, ao invés de ser um trabalho, tal ocupação era, em verdade, uma ameaça ao futuro trabalhador. Fortemente impactado por sua atividade de magistrado, e muito provavelmente pelos estudos de Cesare Lombroso, que via, na venda dos filhos pelos pais, uma atitude considerada ociosa e preguiçosa da maioria dos patrões, quase uma preparação para as crianças se transformarem em futuros criminosos (BONGARZONE, 2017; BIANCHI, 2009; BELLO; NUTI, 2001).

As crianças trabalharam também, conforme relata Bianchi (2009), como pedreiros, cortadores de pedras, mineiros, fazendo escavações, dentre tantos outros trabalhos, que, provavelmente, fossem, à época, considerados honestos e honrosos, mas que, sem dúvida, eram insalubres e inadequados para meninas e meninos que os desempenhavam.

Havia ainda outro trabalho, menos visível, em casa, ajudando as mães na lida com a arrumação, preparo de alimentos, limpeza, e com os pais, auxiliando no trabalho com o plantio, cuidando dos animais, etc. De toda forma, sempre trabalho, no mais das vezes, cansativo, perigoso, que minava a saúde das crianças e o direito de usufruir o tempo da infância sem as obrigações e os deveres dos adultos.

Esses meninos e meninas, provavelmente, pouco puderam usufruir da “Lei Casati”, de 1859, e da “Lei Coppino”, de 1877, que asseguravam a instrução pública obrigatória na Itália. Ao invés de ocuparem os bancos escolares, ou ao menos ali permanecerem durante o período da escola elementar, estavam trabalhando e, na maioria das vezes, sendo explorados. Segundo afirma Salvetti (2014), a evasão escolar era muito alta, e a taxa de analfabetismo, em 1901, girava em torno de 32,6%, o que indica que o direito das crianças à educação levaria ainda um bom tempo para se concretizar.

A vida das meninas e meninos, em fins do século XIX, foi marcada por precariedade, exploração, trabalho insalubre e inadequado às condições etárias e pela quase ausência de políticas voltadas à tutela deles referente ao trabalho infantil. A fome, a precariedade, os abusos e o trabalho das crianças estiveram presentes na vida daqueles que, do lado de lá do Atlântico eram chamados de emigrantes, mas que, ao desembarcarem no Porto de Santos, passaram a ser denominados de imigrantes ou de italianos.¹⁶ A

¹⁶ A respeito da constituição da italianidade em terras brasileiras, consultar

substituição da letra inicial da palavra, de *e* para *i* pouco ou nada impactou, ao menos nos primeiros anos, a vida da maioria das crianças, dos homens e mulheres, que partiram e chegaram no Brasil em busca de uma vida melhor.

***Al di qua dell'Atlantico:*¹⁷ a vida das crianças em São Paulo**

Ao longo das três últimas décadas do Oitocentos e das duas primeiras décadas do Novecentos, as mudanças pelas quais São Paulo passou, deixando, no dizer de Morse (1970), de ser o burgo de estudantes para se transformar em metrópole do café, se refletiram no incremento de atividades comerciais e industriais, que foram exercidas algumas vezes exclusivamente, e outras não, pelos imigrantes italianos adultos e por seus filhos.

Na Capital São Paulo, muitos imigrantes italianos se dedicaram ao comércio ambulante. Assim, lado a lado com as velhas quitandeiras com tabuleiros em mãos, deslocadas de um canto para outro pelo poder municipal, talvez porque atrapalhassem o trânsito, era comum, segundo relata Bruno (1991), ver adultos italianos andando pelas ruas “negociando com flores, com frutas, com hortaliças, com peixe e camarão trazidos do litoral” (p. 1.131-1.132). E, ao lado desses ambulantes, crianças italianas vendiam jornais. Segundo relata o autor, a venda avulsa de jornais pela rua foi iniciada em 1876 e, em 1890, os jornaleiros já eram, em sua maioria, italianinhos entre 10 e 14 anos de idade, que buscavam os jornais nas muitas tipografias espalhadas pela cidade e os distribuía pelos distritos de São Paulo:

Era realmente divertido – escreveu Raffard – ver sair das tipografias esses “bambini” que haviam monopolizado a venda de

(PANIZZOLO, 2018a). Italianizar os brasileiroinhos, paulistanizar os italianinhos: um estudo sobre os livros de leitura que circularam nas escolas em São Paulo, no início do século XX. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L.V. (org.). *História da escola; métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura*. São Luís: Ed. da UFMA, 2018a. p. 100-125; PANIZZOLO, C. Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes: São Paulo no início do século XX. *Acta Scientiarum Educatio*, n. 41, 2019a; PANIZZOLO, C. A escola étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912). *História da Educação*, Santa Maria, v. 24, 2020.

¹⁷ Do lado de cá do Atlântico.

jornais, cujos títulos apregoavam com pronúncia fortemente italianizada. Nesse tempo ou antes um pouco, aliás haviam surgido os primeiros engraxates ambulantes: menores italianos imigrantes que percorriam as estações da estrada de ferro e as ruas e os largos da cidade. Tinham, em geral, de dez a catorze anos de idade e recebiam pelo seu serviço três vinténs. Esses meninos, que eram em número diminuto – segundo as notas de Antonio Egídio Martins – percorriam todos os dias quase todos os largos e ruas de São Paulo (BRUNO, 1991, p. 1.137-1.138).

Muitos italianos dedicaram-se à abertura de suas próprias oficinas, que funcionavam, no mais das vezes, quase exclusivamente, com mão de obra familiar, inclusive das crianças pequenas. Muitas foram as pequenas oficinas que funcionavam nos fundos de armazéns e estalagens, segundo descreve Bruno (1991): “sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, de graxa, de óleo, de tintas de escrever, fundições, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus” (p. 1.182).

Muitos se dedicaram à abertura de suas próprias fábricas de massas, de óleos, de tintas para escrever, olarias, fundições, confecções de roupas e chapéus, que funcionavam, na maioria das vezes, com a mão de obra familiar.

Para além de suas próprias pequenas oficinas e fábricas, a presença italiana foi muito expressiva no interior das indústrias cujos proprietários poderiam, ou não, ser italianos, constituindo um contingente de operários superior a 60% dos trabalhadores entre 1900 e 1915. Um exemplo é a expressiva presença de crianças na indústria têxtil de São Paulo:

Levantamentos estatísticos realizados pelo Departamento Estadual de Trabalho de São Paulo a partir de 1894 demonstram que a indústria têxtil foi a que mais recorreu ao trabalho de menores e mulheres no processo de industrialização do país. Em 1894, 25% do operariado proveniente de quatro estabelecimentos têxteis da capital eram compostos por menores. Em 1912, de 9.216 empregados em estabelecimentos têxteis na cidade de São Paulo, 371 tinham menos de 12 anos e 2.564 tinham de 12 a 16 anos. Os operários de 16 a 18 anos eram contabilizados como adultos. Do

número total de empregados, 6.679 eram do sexo feminino. Em levantamento realizado em 194 indústrias de São Paulo em 1919, apurou-se que cerca de 25% da mão-de-obra era composta por operários menores de 18 anos. Destes, mais da metade trabalhava na indústria têxtil (RIZZINI, 2000, p. 377).

As condições de trabalho dos imigrantes eram similares a dos brasileiros e muito se assemelhavam às vividas nos primeiros anos da Revolução Industrial nos países europeus, entre os séculos XVIII e XIX, conforme descreve Trento (2000, p. 82): “Jornadas de trabalho intermináveis, demissões arbitrárias, pagamento por peça, disciplina rígida, baixos salários e ampla utilização do trabalho de mulheres e crianças com remunerações inferiores às dos homens adultos.” Tais condições, amplamente apresentadas e discutidas na imprensa que circulava à época, tanto em língua portuguesa como em italiana, apontavam para as péssimas condições laborais das fábricas, bem como para os baixos salários, como se lê no excerto a seguir:

Como havemos de alcançar isso, quando os ordenados que nos dão apenas chegam para pagar um quarto estreito, sem luz nem ventilação, numa forçosa promiscuidade com seres racionais e irracionais, e para comprar alimentos que nos forcem a ser vegetarianos, visto que os outros mais nutritivos não se acham ao alcance do nosso dinheiro (O TRABALHADOR GRAPHICO, 5 maio 1904. p. 1).

As crianças começavam muito cedo a enfrentar as agruras do trabalho, algumas como afirmou Maram (1979), em torno dos 7 ou 8 anos, outras, conforme Bruno (1991), antes ainda, por volta dos 5 anos e, invariavelmente, recebendo salários menores dos que os minguados recebidos pelos adultos. A esse respeito o autor afirma:

Como era considerável o número de menores, a contar de cinco anos, ocupados em serviços fabris, percebendo salários que começavam por duzentos réis a diária. Não só a maioria de operários, como a maioria de industriais, era constituída de elementos italianos (BRUNO, 1991, p. 1.182).

O jornal *A Terra Livre*, em edição de 7 de fevereiro de 1906, discutia o quão perversa era a exploração do trabalhador de modo geral, e ainda mais agravada quando se tratava de criança, que, ao começar a trabalhar precocemente, tinha a possibilidade de estudar comprometida, ou inviabilizada, e, assim, segundo o redator, “não poderá instruir-se e nunca sairá do torpor que desde a infância a traz abatida no sofrimento e na ignorância” [...]. (*A TERRA LIVRE*, 7 fev. 1906, p. 2).

O jornal socialista *Avanti!*, em matéria denominada “Istruzione e lavoro” seguiu nessa mesma direção, denunciando que, embora a lei admitisse o direito de todos à educação, tal direito não se estendia aos trabalhadores e a seus filhos, que não conseguiam “frequentar a escola pelas más condições econômicas de sua família; por esse motivo, ele não pode frequentar a escola regularmente, tendo também de realizar tarefas domésticas” (*AVANTI!*, 29 jan. 1902, p. 1).

Deixaram a Itália a fim de *fare l’America*, expressão amplamente utilizada pelos imigrantes italianos, que traduzida literalmente, significa “fazer a América”, e que semanticamente, indicava o desejo de uma vida melhor, com condições de trabalho e moradia dignas. Segundo Petrone (1990, p. 607-608), havia “uma valorização quase religiosa do trabalho e, numa postura pragmática que as necessidades imediatistas estimulavam”. Em meio a tantas adversidades e às indispensáveis condições materiais para conseguir frequentar a escola, muitos pais enfrentaram árduos sacrifícios para que seus filhos estudassem, preferencialmente, em uma escola italiana, ou ainda, em escolas públicas paulistas.

Considerações finais

Na segunda metade do século XIX, as desigualdades sociais e econômicas em muitas regiões italianas foram determinantes para o crescente fluxo emigratório. Ao chegar em São Paulo, encontraram uma cidade que vivia entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, um tempo de crescimento das cidades, de diversificação das ocupações e de efervescência industrial.

Dentre os muitos imigrantes italianos que vieram para São Paulo,

alguns, apesar de todas as dificuldades econômicas enfrentadas, conseguiram matricular seus filhos em escolas italianas, provavelmente sonhando com uma vida melhor, com condições mais dignas para viver e sobreviver.

No ano de 1898, o *Almanaco del Fanfulla* publicou uma matéria intitulada “As escolas italianas de São Paulo”,¹⁸ afirmando serem essas escolas numerosas e deixadas quase inteiramente à iniciativa privada. Até o ano de 1898, já estavam em funcionamento 29 escolas privadas na cidade. Panizzolo (2019b) também identificou, no ano de 1898, a existência desse total de escolas italianas, número que aumentou para 60 em 1906 e passando a 156 em 1916.

O ensino oferecido nas escolas italianas em São Paulo era denominado de “Curso Elementar”, organizado em duas seções: a inferior composta pela 1ª., 2ª. e 3ª. classes, e pela superior, constituída pela 4ª. e 5ª. classes, sendo que mais da metade das escolas em funcionamento até 1905, ofereciam, exclusivamente, o Curso Elementar inferior até a 3ª. classe (ELENCO DELLE SCUOLE ITALIANE NELLO STATO DI SAN PAOLO NEL 1905; APPENDICE 1 – NOTIZIE PARTICOLARI INTORNO ALLE SCUOLE ELEMENTARE ITALIANE DA ME VISITATE NELLO STATO DI S. PAULO, 1907.

É provável que grande parte das crianças estudasse somente até a 3ª. série e depois ingressasse no mundo dos adultos, ou melhor, no mundo do trabalho. Compreender os motivos que ocasionavam o fim dos estudos de modo tão precoce requer considerar que a situação econômica da maioria dos imigrantes era de penúria, de exploração no trabalho e de condições bastante adversas de sobrevivência.

Com relação à idade das crianças que frequentavam escolas italianas durante o dia, o documento “Estatística por Idade – escolas italianas em S. Paulo e entorno”,¹⁹ embora não se refira a todas as 156 escolas que funcionaram até a primeira década do século XX, e trate especificamente do ano de 1906, oferece uma primeira aproximação do número de crianças que frequentavam escolas italianas. Ao que parece, as crianças que frequentavam essas escolas iniciavam os estudos com menos de 6 anos, e somente

¹⁸ No original: *Le scuole italiane di S. Paolo*.

¹⁹ No original: *Statistica per età delle scuole italiane in S. Paolo e circondario*.

0,91% das que estavam nessa faixa etária cursavam o único jardim de infância existente no *Istituto e Giardino d'Infanzia*, pois todas as demais ingressavam no Curso Elementar. Das 3.195 crianças matriculadas nesse ano, 73,61% tinham até 10 anos e cursavam o Elementar Inferior. Após os 10 anos, havia uma evasão ou repetência enorme. Do total de matriculados, 14,33% tinham entre 10 e 12 anos e, 12,05%, mais de 12 anos, o que permite inferir que, ultrapassada a 'linha de corte' dos 10 anos, ou do Elementar Inferior, muitos dos que permaneciam cursavam o Elementar Superior, ao que parece em sua integralidade (STATISTICA PER ETÀ DELLE SCUOLE ITALIANE IN S. PAULO E CIRCONDARIO).

Panizzolo (2018b) no texto "O processo escolar entre italianos e seus descendentes: a escola italiana em São Paulo, no século XIX e início do século XX", encontrou dados sobre anos posteriores. Segundo a autora, em 1908 passaram, pelos bancos escolares das escolas italianas, 6.547 crianças. Esse número representa 16,26% do atendimento total de toda a população em idade escolar, que era de 40.256 crianças. No ano de 1910, havia 43.905 crianças em idade escolar e, dessas, 6.282 em escolas italianas, ou seja, em torno de 14,30% das vagas oferecidas pelo governo de São Paulo (SÃO PAULO, 1908; 1910).

As fontes estudadas referem que, com o passar dos anos, ao menos uma parte das crianças italianas ou descendentes começaram a frequentar a escola, o que pode indicar um ingresso mais tardio ou menos precoce no mundo do trabalho para muitas, ou pode indicar que para muitas dessas crianças o tempo tenha sido ocupado, simultaneamente, pelas atividades da escola e do trabalho.

A história das crianças (e)imigrantes italianas ou descendentes reitera a história de tantas outras que viveram em diferentes lugares e tempos históricos, como bem retratou Heywood (2004) em sua obra *Uma história da infância*. Da mesma forma se assemelha com a história das crianças nascidas no Brasil naquela época (e de muitas até os dias atuais). Uma história de lá e de cá do oceano Atlântico, marcada por privação, abandono, fome e exploração da mão de obra infantil, uma história de cor pálida, esmaecida, indigente e com gosto de fome.

Fontes:

Jornal *A Terra Livre*, de 7 fev. de 1906.

Jornal *ALMANACO DEL FANFULLA*. (1898). *Le scuole italiane di S. Paolo*. p.397-8. In: Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole, 1889-1910, b. 341.

Jornal *AVANTI!*, de 29 jan. de 1902.

Jornal *Gazzetta Ufficiale del Regno*. LEGGE n. 306., il 31 Dicembre 1888, SULL'EMIGRAZIONE.

LEGGE SUL LAVORO DEI FANCIULLI. *Gazzetta Ufficiale del Regno* il 18 Febbraio 1886, n. 40.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Annuario Statistico dell'Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925 con Notizie Sull'Emigrazione Negli Anni 1869, 1875*, Roma, 1926.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Bollettino del Ministero degli Affari Esteri* del 14 agosto, fasc. 204. Legge n. 31, gennaio 1901, sull'emigrazione.

Jornal *O Trabalhador Graphico*, de 5 de maio de 1904.

REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO. *Statistica per età delle scuole italiane in S. Paulo e circondario*. Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole, 1889-1910, b.341, 1904.

REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO. Appendice I: Notizie particolare intorno alle scuole ementare italiane da me visitate nelle Stato di S. Paulo. *Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri*, Archivio Scuole, 1889-1910, b.341, 1907.

REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO. Elenco delle scuole italiane nello Stato di S. Paolo, 1905. *Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri*, Archivio Scuole, 1889-1910, b.314, 1905.

REGOLAMENTO PER L'ESECUZIONE DELLA LEGGE n. 31, Gennaio 1901, n. 23, SULL' EMIGRAZIONE. *Gazzetta Ufficiale del Regno*, il 17 Settembre 1886.

REGOLAMENTO PER LA ESECUZIONE DELLA LEGGE 30 DICEMBRE 1888, n. 5.866 (SERIE III), SULL'EMIGRAZIONE, 10 Gennaio 1889. Gazzetta Ufficiale del Regno, il 10 Gennaio 1889, n. 8.

SÃO PAULO. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira, 1908.

Referências

ALVIM, Z. M. F. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 383-418.

BASSANEZI, Maria S. C. B. et al. *Atlas da imigração internacional em São Paulo: 1850-1950*. São Paulo: Edunesp, 2008.

BELLO, G. di; NUTI, V. *Soli per il mondo: bambine e bambini emigrante tra otto e novecento*. Milano: Unicopli, 2001.

BERTONI, D. J. *L'alienazione dell'infanzia: il lavoro minore nella società moderna*. Firenze: Manzuoli, 1980.

BIANCHI, B. Percorsi dell'emigrazione minorile. In: BEVILACQUE, P. (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2002. p. 355-376.

BONGARZONE, A. Un giurista dinanzi alla questione minorile nell'Italia liberale: Lino Ferriani (1852-1921). *Ordinis*, Catanzaro: Università degli Studi Magna Graecia di Catanzaro, n. 1, p. 154-174, giugno 2017.

BRUNO, E. S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 3 v.

CARPI, L. *Delle colonie e dell'emigrazione di italiani all'estero sotto l'aspetto dell'industria commercioagricoltura*. Milano: Tip. Editrice Lombarda, 1874. v. 1.

CASTRO, C. A. (org.). *História da escola: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura*. São Luís: Ed. da UFMA, 2018a.

CENNI, F. *Italianos no Brasil: Andiano in Merica*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

HEYWOOD, C. *Uma história da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JOVINE, D. B. *L'alienazione dell'infanzia: il lavoro minoreli nella società*

moderna. Firenze: Manzuoli, 1989.

KUHLMANN JÚNIOR, M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). *A infância e sua educação*: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-33.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. de. (org.). *História social da infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 229-250.

MARAM, S. L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAZZI, B. *Fam, fùm, frecc*: il grande romanzo degli spazzacamini. Scarmagno: Priuli & Verlucca, 2000.

MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo*: de comunidade à metrópole. São Paulo: Difel, 1970.

OSTUNI, M. R.; STELLA, G. A. *Sogni e fagotti*: immagini, parole e canti degli emigranti italiani. Milano: Rizzoli Libri Illustrati; Fondazione Paolo Cresci, 2005.

PANIZZOLO, C. A escola étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912). *História da Educação*, v. 24, n. 1, p. 1-15, abr. 2020.

PANIZZOLO, C. Italianizar os brasileirinhos, paulistanizar os italianinhos: um estudo sobre os livros de leitura que circularam nas escolas em São Paulo, no início do século XX. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L.V. (org.). *História da escola*: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura. São Luís: Ed. da UFMA, 2018a. p. 100-125.

PANIZZOLO, C. O processo escolar entre italianos e seus descendentes: a escola italiana em São Paulo, no século XIX e início do século XX. In: LUCHESE, T. Â. (org.). *Escolarização, culturas e instituições*: escolas étnicas italianas em terras brasileiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2018b. p. 139-172.

PANIZZOLO, C. Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes: São Paulo no início do século XX. *Acta Scientiarum Education*, v. 41, n. 1, p. 1-13, maio 2019a.

PANIZZOLO, C. *O processo escolar entre italianos e seus descendentes*: a escola italiana em São Paulo: fins do século XIX e início do século XX. 2019b.

Relatório Científico (Estágio de Pós-Doutoramento) – Unifesp, Guarulhos, 2019b. Mimeo.

PETRONE, P. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. *In*: DE BONI, L. A. (org.). *Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 603-626.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 376-406.

SALVETTI, P. Governo italiano, diplomacia e escolas italianas no Exterior. *In*: LUCHESE, T. Â. (org.). *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 57-78.

TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

TRENTO, A. *Os italianos no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

Submetido em 4 de julho de 2020.

Aprovado em 11 de setembro de 2020.